



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

PANORAMA DO TRABALHO (IN)FORMAL: BREVE INCURSÃO DA CLASSE SOCIAL PRECARIZADA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS¹

Overview of (in)formal work: brief incursion of the precarized social class of waste pickers of recyclable

Panorama del trabajo (in)formal: breve incursión de la clase social prezarizada de recolectores de materiales reciclables

Aperçu du travail (in)formel: brève incursion de la classe sociale des collecteurs de matières recyclables

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v24.826>

Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz²

Ricardo Alexandrino Garcia³

Histórico do Artigo:

Recebido em 29 de novembro de 2021

Aceito em 09 de outubro de 2022

Publicado em 05 de novembro de 2022

RESUMO

Devido à grande quantidade de resíduos sólidos que nossa sociedade produz diariamente, é imprescindível que sejam estabelecidas estratégias de gestão de resíduos, de modo a oferecer a esses uma destinação adequada, evitando prejuízos ambientais. É nessa conjuntura que se avista a importância dos catadores de materiais recicláveis, que cumprem não só uma função ambiental, de manutenção dos centros urbanos e reaproveitamento dos resíduos no processo de reciclagem, mas também uma função socioeconômica, coletando e triando matéria-prima para a indústria, ao mesmo tempo em que geram renda para a própria subsistência. Contudo, apesar da relevância desses trabalhadores, eles continuam sem receber o devido reconhecimento da sociedade, além de serem

¹ Agradecemos à FAPEMIG pela concessão da bolsa de pesquisa, por meio da qual levamos adiante a tese de doutoramento no curso de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Palavras iniciais, Panorama do trabalho (in)formal: breve incursão da classe social precarizada dos catadores de materiais recicláveis. O presente artigo faz parte da pesquisa em andamento no curso de Doutorado em Geografia — Programa de Doutorado em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Campus Pampulha, Belo Horizonte. E-mail: uilmer@ufmg.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2489-7655>

³ Professor do departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Campus Pampulha, Belo Horizonte. E-mail: alexandrinogarcia@ufmg.br

 <https://orcid.org/0000-0001-7144-9866>

submetidos a condições precárias de trabalho e serem alvo de discriminação de indivíduos e grupos em posição mais elevada na hierarquia social. Diante desse antagonismo entre valor e desvalorização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, este artigo se propõe a examinar a fonte dessa contradição, percorrendo, para tanto, noções como as de modo de produção, formação social, capitalismo, estratificação social, precarização da classe trabalhadora, relações de consumo e produção social, com vistas a produzir uma leitura acerca desse fenômeno. Parte-se da hipótese de que, apesar da importância de seu trabalho, os catadores de materiais recicláveis, por lidarem com os restos do consumo das classes posicionadas em nível socioeconômico superior, acabam sendo assimilados também como restos, haja vista a forma como ocorre a produção social de sua existência.

Palavras-Chave: Catadores de materiais recicláveis. Precarização do trabalho. Classe trabalhadora. Capitalismo.

ABSTRACT

Due to the large amount of waste that our society produces on a daily basis, it is essential that waste management strategies are established, in order to offer them a suitable destination, avoiding environmental damage. It is in this context that the importance waste pickers of recyclable material collectors are appreciated, who fulfill not only an environmental function, maintenance of urban centers and reuse of waste in the recycling process, but also a socioeconomic function, collecting and classifying the raw material for the industry, while generating income for its own subsistence. However, despite the relevance of these workers, they still do not receive due recognition from society, in addition to being subjected to precarious working conditions and being discriminated against by individuals and groups of higher social hierarchy. Faced with this antagonism between the value and devaluation of the work of recyclable material collectors, this article aims to examine the origin of this contradiction, covering, for this, notions about the mode of production, social formation, capitalism, social stratification, precariousness of the working class, consumer relations and social production with a view to producing a reading of this phenomenon. It is based on the hypothesis that, despite the relevance of their work, collectors of recyclable materials, when dealing with the excess consumption of the upper socioeconomic classes, end up being assimilated also as waste, due to the way in which they the social production of its existence occurs.

Keywords: Waste pickers of recyclable material, precariousness of work, working class, capitalism.

RESUMEN

Debido a la gran cantidad de residuos que nuestra sociedad produce a diario, es fundamental que se establezcan estrategias de gestión de residuos, con el fin de ofrecerles un destino adecuado, evitando daños ambientales. Es en este contexto que se aprecia la importancia de los recolectores de material reciclable, quienes cumplen no solo una función ambiental, mantenimiento de núcleos urbanos y reutilización de residuos en el proceso de reciclaje, sino también una función socioeconómica, recolectando y clasificando la materia prima para la industria, mientras genera ingresos para su propia subsistencia. Sin embargo, a pesar de la relevancia de estos trabajadores, aún no reciben el debido reconocimiento por parte de la sociedad, además de estar sometidos a condiciones laborales precarias y ser discriminados por individuos y grupos de mayor jerarquía social. Frente a este antagonismo entre el valor y la desvalorización del trabajo de los recolectores de materiales reciclables, este artículo se propone examinar el origen de esta contradicción, abarcando, para ello, nociones sobre el modo de producción, la formación social, el capitalismo, la estratificación social, precariedad de la clase trabajadora, relaciones de consumo y producción social con miras a producir una lectura de este fenómeno. Se parte de la hipótesis de que, a pesar de la relevancia de su trabajo, los recolectores de materiales reciclables, al lidiar con los sobrantes del consumo de las clases socioeconómicas altas, terminan siendo asimilados también como residuos, dada la forma en la que ocurre la producción social de su existencia.

Palabras clave: Recolectores de material reciclable, precariedad del trabajo, clase obrera, capitalismo.

RÉSUMÉ

Exigeant la grande quantité de déchets que notre société produit quotidiennement, il est essentiel qu'ils soient gérés par la gestion des déchets, afin de leur offrir une destination appropriée, évitant les dommages environnementaux. C'est dans ce contexte que l'on voit l'importance des collecteurs de matières recyclables, qui remplissent non seulement une fonction environnementale, d'entretien des

centres urbains et de réutilisation des déchets dans le processus de recyclage, mais aussi une fonction socio-économique, de collecte et de tri des matières premières pour la l'industrie, tout en générant des revenus pour leur propre subsistance. Cependant, malgré la qualification professionnelle, ils ne reçoivent toujours pas de reconnaissance de la société, en plus d'inclure les conditions de travail précaires et la sélection sélective de catégories et de groupes occupant une position plus élevée dans la hiérarchie sociale. Face à cet antagonisme entre la valeur et la dévalorisation du travail des collecteurs de matières recyclables, cet article se propose d'examiner la source de cette contradiction, recouvrant ainsi des notions telles que le mode de production, la formation sociale, le capitalisme, la stratification sociale, la précarité des la classe ouvrière, les rapports de consommation et la production sociale en vue de produire une lecture de ce phénomène. Elle part de l'hypothèse que, malgré la valorisation de leur travail, les collecteurs de matières recyclables, en traitant les restes de consommation des classes positionnées à un niveau socio-économique supérieur, finissent par être assimilés à des restes eux aussi, compte tenu de la manière dont les production sociale de son existence.

Mots-clé: Collecteurs de matières recyclables. Précarité du travail. La classe ouvrière. Capitalisme.

INTRODUÇÃO

A percepção de que os sujeitos de nossa época têm mantido cada vez mais relações não com outros sujeitos, e sim com objetos é o ponto de partida da crítica de Baudrillard (1970/1995) ao que se convencionou chamar “sociedade de consumo”. Ainda que consumir além do necessário consista em uma prática humana milenar e universal, na sociedade de consumo ela se torna imperiosa, definindo inclusive um estilo de vida, a saber: o do consumo prestigioso, atrelado à distinção social. Esse estilo se define pela abundância de produtos, serviços e bens materiais à disposição de nossos contemporâneos e tem como consequência o desperdício, que faz com que nossa sociedade seja qualificada como a “civilização do caixote de lixo” (BAUDRILLARD, 1970/1995, p. 38).

Ocorre que, devido ao consumo em excesso e à obsolescência calculada dos objetos, temos produzido resíduos na atualidade como nunca antes. As estatísticas apontam para a produção mundial de cerca de 2 milhões de toneladas de resíduos por dia e aproximadamente 730 milhões de toneladas por ano (WEB-RESOL, 2014). É nesse contexto que se avista a importância dos trabalhadores que manejam esse material no cotidiano das cidades: os catadores de materiais recicláveis, que cumprem não só uma função ambiental, de manutenção dos centros urbanos e reaproveitamento dos resíduos no processo de reciclagem, mas também uma função socioeconômica, coletando e triando matéria-prima para a indústria, ao mesmo tempo em que geram renda para a própria subsistência (NASCIMENTO; OLIVEIRA; MENEZES, 2017).

Em pesquisa realizada por Dagnino e Johansen (2007), baseada em dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou-se que, no Brasil, o grupo dos catadores de materiais recicláveis é composto por mais de 398 mil pessoas. Trata-se de um grupo não homogêneo, que engloba trabalhadores que se reconhecem tanto como coletores

de resíduos sólidos, quanto como classificadores de resíduos ou varredores. A maioria desses trabalhadores está concentrada no Sudeste do país, que conta 42% da força de trabalho, a qual se segue pelo Nordeste, com 30%. Via de regra, são pessoas com idade média de 39 anos, do sexo masculino e declaradas como pretas ou pardas. São indivíduos com taxa de analfabetismo maior que a da população geral, além de grau elevado de informalidade no trabalho e pouca cobertura previdenciária.

Isso mostra que, apesar da relevância da atividade desses trabalhadores, eles continuam sem receber o devido reconhecimento da sociedade, além de serem submetidos a condições desfavoráveis de trabalho (insalubridade, baixa remuneração, ausência de garantias trabalhistas etc.) e serem alvo de discriminação de indivíduos e grupos em posição mais elevada na hierarquia social (MEDEIROS; MACÊDO, 2006; MORI, 2017). À vista desse antagonismo entre valor e desvalorização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, esta revisão teórica se propõe a examinar a fonte dessa contradição, percorrendo, para tanto, noções como as de modo de produção, formação social, capitalismo, estratificação social, precarização da classe trabalhadora, relações de consumo e produção social, com vistas a produzir uma leitura acerca desse fenômeno.

Partimos da hipótese de que, apesar da importância de seu trabalho, os catadores de materiais recicláveis, por lidarem com os restos do consumo das classes posicionadas em nível socioeconômico superior, acabam sendo assimilados também como restos pela sociedade classista - higienista, haja vista a forma como ocorre a produção social de sua existência, sobretudo em um Estado que cria miragens de autogerência baseadas em ideais, como os de liberdade e igualdade de oportunidade, que apenas mascaram sua desimplicação com a sociedade civil, na medida em que atribui aos sujeitos a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso. Essa hipótese se assenta em publicações de autores marxistas como Ricardo Antunes, Nicos Poulantzas e Eric John Hobsbawm, os quais desdobram e detalham a relação entre modo de produção capitalista, classes sociais e precarização do trabalho.

Em vista do que se propõe e da linha de raciocínio a qual persegue, este artigo estabelece como principais objetivos: (1) traçar um panorama histórico sobre os modos de produção e as formações sociais que lhe são correlatas, pavimentando o caminho até a formação da sociedade capitalista; (2) discutir a divisão da sociedade em classes sociais por efeito do lugar que os indivíduos ocupam na rede de produção; (3) abordar a precarização do trabalho à vista da sede por lucros; (4) conceber o lugar do catador no mundo capitalista; (5) analisar a importância da catação em uma época marcada pelo consumo excessivo, pela obsolescência dos objetos e pelo conseqüente desperdício; e

(6) examinar a fonte da contradição entre o valor do catador para a sociedade de consumo e a desvalorização de seu trabalho devido à posição social que ocupa.

Para atingir os objetivos supracitados, realizamos uma pesquisa qualitativa sobre o lugar dos catadores na sociedade capitalista. A pesquisa qualitativa é aquela que se ocupa do que não se pode quantificar, isto é, do que não se pode mensurar com números. Conforme Minayo (2009), trata-se de uma modalidade de pesquisa interessada por significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Neste artigo, ela assume a forma de pesquisa bibliográfica, consistindo, pois, de um levantamento de informações contidas em livros, artigos e outros documentos e publicações, com vistas a formar um conhecimento sobre o assunto em pauta (MACEDO, 1996).

Esse levantamento, realizado em bases de dados bibliográficas como Scribd, SciELO, LibGen, e Google Scholar, baseou-se em descritores como modo de produção, formação social, relação de produção, capitalismo, sistema capitalista de produção, Estado capitalista, estratificação social, classe social, sociedade de classes, precarização do trabalho, precarização da classe trabalhadora, consumo, relação de consumo, sociedade de consumo, catação de material reciclável e catador de material reciclável. Optou-se por dar ênfase a estudos de cunho marxista, posto que é nessa linha de pensamento que se situa este estudo. Ademais, considerou-se publicações clássicas, de pensadores como o próprio Karl Marx e seus seguidores, e obras de autores consagrados, como os já mencionados Ricardo Antunes, Nicos Poulantzas, Eric John Hobsbawm e seus principais comentadores.

Este artigo está organizado em duas seções: na primeira, são descritos os principais modos de produção e suas respectivas formações sociais no curso do desenvolvimento da história da humanidade, preparando o terreno para a discussão sobre a formação social específica do modo de produção capitalista. Já a segunda seção se ocupa da estratificação social no capitalismo e da precarização da classe trabalhadora, de modo a compreender o posicionamento de certos grupos na hierarquia social por efeito do lugar que ocupam na rede de produção. Com isso, nessa mesma seção também se reflete sobre a problemática do catador, dando destaque ao estatuto de seu trabalho, ao seu lugar na sociedade capitalista classista e sua importância, em contraponto a sua desvalorização, na já citada sociedade de consumo.

Este trabalho é norteado pela linha de pensamento denominada materialismo histórico, cuja premissa é a de que a história resulta da determinação de condicionantes culturais, políticos, ideológicos etc., não sendo possível compreender o agora sem olhar para as variáveis que o constituíram ao longo do tempo no curso do desenvolvimento de nossa civilização. Assim, um fenômeno como a desvalorização do catador só pode ser interpretado considerando as injunções de

um conjunto de determinantes que respondem pela produção da consciência de uma época e de sua superestrutura social.

MODOS DE PRODUÇÃO E FORMAÇÕES SOCIAIS: DOS REGIMES PRÉ-CAPITALISTAS À SOCIEDADE CAPITALISTA

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

— Karl Marx

Toda atividade humana voltada para a transformação da natureza pode ser circunscrita pela palavra trabalho. É essa, aliás, a definição usual desse termo: a operação do homem sobre o meio com o propósito de adaptá-lo não só para satisfazer suas necessidades, mas também para garantir a sobrevivência de sua espécie (CABRAL, 2019). Em vista disso, pode-se dizer que não há neste mundo ser humano que não trabalhe, ainda que se possa escutar o contrário, por algumas atividades serem consideradas “menos trabalhosas” do que outras.

A noção que se tem hoje de trabalho não é nada parecida com aquelas que tinham nossos antepassados. O trabalho, vale dizer, nem sempre comportou uma positividade⁴. Durante a Antiguidade clássica e a Idade Média, seu estatuto foi o de algo degradante para o homem e inferior à vida contemplativa e ao exercício militar, que não eram tidas como atividades laborais. Foi somente na passagem do período medieval para a Idade Moderna, em meio ao crescente interesse dos intelectuais pelas artes mecânicas, que o trabalho passou a ser visto com outros olhos, tornando-se, inclusive, objeto de análise da filosofia, que passou a se debruçar sobre seu conceito (FERRATER MORA, 2001). Nesse mesmo período, o mundo viu despontar um dos maiores expoentes dos estudos relacionados a esse tema de que se tem notícia: o filósofo e sociólogo alemão Karl Marx, que, em meio a tantos achados, responde por aquele segundo o qual a divisão do trabalho determina (condiciona) as relações sociais de uma época (SANTOS, 2018).

Deriva dos achados de Marx a doutrina que se convencionou chamar de marxismo. Essa, buscando cultivar a historicidade da contribuição marxiana, se apresenta como “[...] uma série de

⁴ Nas primeiras civilizações humanas, a palavra *trabalho* só era utilizada para designar as atividades manuais, que exigiam esforço físico de quem as realizasse. Na Grécia antiga, essas atividades eram malvistas porque predominava no imaginário social a crença de que o manuseio de ferramentas podia acarretar deformações somáticas e psíquicas no manuseador. Entre os hebreus, atividades manuais, como o trabalho agrícola, eram consideradas infames porque eram tidas como uma forma de castigo — uma espécie de “reedição” da pena aplicada por Deus a Adão e Eva, os primeiros pecadores (FERRATER MORA, 2001).

interpretações e acréscimos variados da obra de Marx, condicionados, cada um deles, por injunções históricas, culturais, políticas etc.” (NETTO, 2006, p. 75). Dito de outra maneira, trata-se de uma linha de pensamento cujas conjecturas têm o dever de se manter alinhadas ao pressuposto da determinação, mesmo que isso exija um trabalho de mouro, haja vista que, ao induzir à ideia de uma linha contínua entre o pensamento de Marx e os projetos nele inspirados, tudo conspira para que os condicionantes históricos, culturais, políticos etc. sejam relegados, quiçá excluídos, no processo.

O marxismo, de acordo com Poulantzas (2019), abarca duas disciplinas, as quais, mesmo estando unidas, possuem diferenças que as destacam uma da outra: de um lado, temos o materialismo dialético, que “[...] tem como objeto próprio a produção dos conhecimentos, quer dizer a estrutura e o funcionamento do processo de pensamento”; de outro, temos o materialismo histórico, cujo objeto é “[...] o conceito de história, através do estudo dos diversos modos de produção e formações sociais” (p. 15). Interessa-nos, neste artigo, os conceitos que se reúnem sob a égide do materialismo histórico, especialmente os de modo de produção e formação social. Ora, em um trabalho que se propõe a examinar a fonte da contradição entre valor e desvalorização dos catadores de materiais recicláveis em uma sociedade que produz tanto lixo como a nossa, é imprescindível percorrer conceitos como modo de produção, formação social, relação de produção, capitalismo, sistema capitalista de produção, Estado capitalista, estratificação social, classe social, sociedade de classes, precarização do trabalho, precarização da classe trabalhadora, consumo, relação de consumo, sociedade de consumo, catação de material reciclável e catador de material reciclável que possibilitem pensar na organização social por efeito do lugar que os indivíduos ocupam na rede de produção de reciclagem.

Em virtude dessa escolha, faremos, nesta seção, um sobrevoo pelos diferentes modos de produção ao longo da história da humanidade, visando conhecer as formações sociais que lhes são correlatas. Nosso objetivo aqui é pavimentar o caminho até o modo de produção que define a cena contemporânea — a saber, o capitalismo —, para que, na seção seguinte, possamos discutir a estratificação que dele resulta. Esse passo é crucial para compreender, mais adiante, as condições de subalternidade e exclusão de certas classes sociais, como aquela na qual se enquadram os catadores de materiais recicláveis.

A RELAÇÃO ENTRE MODO DE PRODUÇÃO E FORMAÇÃO SOCIAL

O materialismo histórico é um campo de investigação composto por uma série de conceitos fundamentais que conduzem suas análises. Dois deles são muito frequentes na obra marxiana, aparecendo pelo menos desde o prefácio de “Contribuição à crítica da economia política”, a

saber: os de modo de produção e formação social. Nesse trabalho, publicado originalmente em 1859, podemos encontrar um argumento que nos permite intuir a forma como a ciência de Marx aborda seu objeto, isto é, a realidade material. Reproduzamo-lo:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1859/2008, p. 47, grifo nosso).

É possível depreender dessa passagem a aposta (ou mesmo a convicção) de Marx na determinação da organização social. Para ele, a forma como nossa sociedade se organiza (e nós reagimos a essa organização) é determinada pelos modos de produção. Esses modos de produção constituem, de acordo com seu ponto de vista, fatores indispensáveis para a produção social, a qual pode ocorrer tanto em micro quanto em macroescala (seja como consciência individual, seja como superestrutura social, respectivamente) (CABRAL, 2019).

Mas em que consistem esses modos de produção e como eles se entrelaçam às formações sociais? Conceitualmente, um modo de produção se define pelo conjunto de forças produtivas e relações de produção (CABRAL, 2019). Por força produtiva, entende-se a velha capacidade do homem de transformar a natureza direcionada para o processo de produção em larga escala. Como se sabe, o homem percebeu que as utilidades necessárias para sua sobrevivência não eram fornecidas espontaneamente pela natureza. Ele aprendeu que precisava adquiri-las com seu trabalho, produzindo com sua força instrumentos que tornassem o processo menos penoso e mais versátil. Sua força, no entanto, podia ser empregada para produzir instrumentos que garantissem não apenas sua sobrevivência, como também a de outros homens. É nesse ponto que se situam as relações de produção, pois “[...] o processo de produção supõe uma determinada relação não apenas entre a sociedade e a natureza, mas também entre os próprios homens” (SEGAL, 1945, p. 350, grifo nosso). Não é sem motivo, portanto, que os modos de produção sejam confundidos, em certa medida, com a estrutura econômica da sociedade, posto que essa envolve produção, distribuição, circulação e consumo, que são características das relações de produção que os constituem (CABRAL, 2019).

Entretanto, os modos de produção não se resumem à estrutura econômica da sociedade. Cada um deles corresponde a uma totalidade que envolve também as estruturas política, jurídica e ideológica, que, articuladas umas às outras, determinam a superestrutura que delas deriva. Nesse viés,

Poulantzas (2019) define modo de produção como “[...] uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que aparecem como outras tantas instâncias ou níveis” (p. 17) formando “[...] um todo complexo com dominância, em última instância, do econômico” (p. 18). Para essa dominância, ele reserva o termo determinação, que diz respeito a:

[...] um tipo de relação no interior da qual a estrutura com determinação do todo comanda a constituição mesma [...] das estruturas regionais, designando-lhes seu lugar e distribuindo-lhes funções: as relações que constituem assim cada nível jamais são simples, mas sobredeterminadas pelas relações dos outros níveis (POULANTZAS, 2019, p. 18, grifo do autor).

Isso significa que, ainda que a estrutura econômica domine os modos de produção em última instância, essa dominância não lhe é exclusiva, podendo ser exercida por todas as outras estruturas. Talvez isso fique mais claro com o exemplo fornecido por Marx, do qual Poulantzas (2019) faz sua própria leitura: em seus termos, “[...] no modo de produção feudal, é a ideologia — na sua forma religiosa — que detém o papel dominante, o que é rigorosamente determinado pelo funcionamento do econômico nesse modo” (p. 18). Em outras palavras, embora a economia baseada na servidão tenha dominado o modo de produção do período feudal, ela não teria obtido êxito sem um discurso que justificasse a hierarquia existente entre servos e senhores. Esse discurso foi fornecido pelo condicionante ideológico daquela época: a Igreja Católica, que, alegando que a condição de vida servil era um propósito de Deus, fez com que os camponeses acreditassem que, se não se rebelassem contra o status quo, seriam recompensados em outra vida por todas as dificuldades que tiveram nessa.

É importante destacar que os modos de produção não existem senão como objetos abstratos-formais⁵ (POULANTZAS, 2019). Sua “existência concreta”, se assim podemos chamá-la, é obtida apenas na forma de formações sociais, as quais, vale frisar, podem envolver não apenas um, mas sim, vários modos de produção, ainda que um deles acabe exercendo dominância sobre os demais (CABRAL, 2019).

O conceito de formação social foi muito menos elaborado no marxismo do que o de modo de produção (GORENDER, 1980). As formações sociais, embora representem no plano concreto os próprios modos de produção, abrangem também as superestruturas, que correspondem ao conjunto das estruturas anteriormente mencionadas (econômica, política, jurídica e ideológica) (CABRAL, 2019). Nesse sentido, é possível defini-las como “[...] a articulação necessária entre modos de produção e

⁵ Objetos abstratos-formais são aqueles que, a rigor, não existem na realidade material. Tratar os modos de produção dessa maneira equivale a dizer que eles não existem empiricamente, isto é, isolados da produção social (GORENDER, 1980).

uma superestrutura” (GORENDER, 1980, p. 50). Nelas, o modo de produção dominante coexiste com a superestrutura que determina.

No curso do desenvolvimento histórico da sociedade humana, os modos de produção foram se modificando e, com isso, provocando mudanças também nas formações sociais vigentes em cada época (SEGAL, 1945). É possível destacar, da pré-história até a história mais recente, pelo menos quatro grandes modos de produção, todos eles correspondendo a uma formação social específica: nos primórdios da humanidade, encontramos uma forma rudimentar de modo de produção que definiu a sociedade comunista primitiva; na Antiguidade, tivemos o modo de produção escravista, que inaugurou a divisão social; na Idade Média, identificamos o modo de produção servil, determinante para o feudalismo; e, desde o início da Modernidade, conhecemos o modo de produção capitalista, marcado pelo trabalho assalariado. Vejamos como cada um deles se desenvolveu.

PRÉ-HISTÓRIA DOS MODOS DE PRODUÇÃO E DAS FORMAÇÕES SOCIAIS

Nas notas do Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (1848/1998) mencionam uma forma primordial de sociedade em que não se pensava em qualquer hierarquia entre seus componentes. A sociedade comunista primitiva, como eles a designaram, corresponde à pré-história de nossa sociedade, sendo praticamente desconhecida por ter precedido a história escrita. O que se conhece, na verdade, são conjecturas baseadas em registros arqueológicos⁶. No entanto, pode-se afirmar que, nesse regime, o homem vivia ainda em estado selvagem. Aliás, foi nessa formação social que a civilização humana começou finalmente a se desenvolver até se tornar o que é hoje (SEGAL, 1945).

O comunismo primitivo encontrou seu apogeu durante a chamada revolução agrícola neolítica, a qual “[...] possibilitou a fixação dos grupos humanos no espaço, reduzindo a importância do mover-se [característico do nomadismo], e [...] constituiu uma mudança cultural inédita”, que “[...] permitiu o controle do ser humano sobre o meio natural” (GHIDINI; MORMUL, 2020, p. 10). A principal característica desse regime foi a composição das primeiras comunidades humanas, que assumiram o formato de clãs. Esses clãs eram constituídos por centenas de pessoas, incluindo grandes famílias que conservavam algum grau de parentesco. Pela cabeça dos membros dos clãs, não se passava a ideia

⁶ Devido à ausência de registros históricos consistentes, Segal (1945) assinala que “os adversários do comunismo afirmam que o comunismo primitivo jamais existiu e a propriedade privada e a divisão da sociedade em classes existem desde o princípio da vida social. Esforçam-se por demonstrar que a propriedade privada é inseparável da própria natureza do homem e não pode existir outra espécie de propriedade; e que a sociedade esteve sempre dividida em classes e uma sociedade sem classes é inconcebível” (p. 361).

de propriedade privada, o que implicava na não divisão daquela sociedade em classes, formando, assim, uma unidade social. A economia, aliás, era regida por todos comumente e de modo comunitário. De modo geral, tudo se fazia em conjunto (SEGAL, 1945). É possível dizer, inclusive, que era esse o modo de produção vigente nesse regime: o trabalho comum a todos.

Conforme Ribeiro (2007), “a partilha econômica e a paridade política constituíam o caudal que regava a unidade [dessas comunidades] através da parceria. Pela partilha se garantia a coesão. Do oferecer se firmava o receber quando requisitado fosse” (p. 30). O individualismo, característico do nomadismo, foi cedendo paulatinamente lugar ao coletivismo, e isso porque esse novo estilo de vida garantia ao homem mais segurança, se comparado ao anterior (FREUD, 1930/2010). Não obstante, como argumenta Segal (1945):

O regime comunista primitivo foi necessário para a sociedade humana naquela época de desenvolvimento. Numa vida isolada, dispersiva, teriam sido impossíveis a invenção e o aperfeiçoamento das armas e dos instrumentos primitivos. Graças somente à vida coletiva, os homens primitivos puderam alcançar seus primeiros êxitos na luta contra a natureza. A união, no “clã comunista”, constituiu, nessa época, sua principal força (p. 355, grifo do autor).

Nessa conjuntura, não havia espaço para a exploração do homem pelo homem. Isso se justifica, de acordo com Segal (1945), pelo fato de que “só é possível haver exploração quando um homem pode produzir meios de existência não só para si mesmo, mas também para outros. Unicamente sob tais condições um indivíduo viverá às custas do trabalho de outro” (p. 356). Esse não era o caso dos clãs, em que um mesmo trabalho não só era exercido por muitos, como também era distribuído igualmente entre todos.

Todavia, como a história nos mostra, o comunismo primitivo não prevaleceu. A sociedade comunista primitiva começou a ruir a partir do surgimento de novas demandas materiais⁷, as quais culminaram no que conhecemos hoje como propriedade privada. No entanto, outros fatores estão envolvidos no desmantelamento desse regime, dentre eles: a domesticação de animais e a substituição da caça pela criação, o que levou à primeira forma de divisão social do trabalho, introduzindo consigo a barganha entre os indivíduos; a expansão da agricultura mediante o desenvolvimento das forças produtivas, gerando fonte permanente e estável de alimentos de origem vegetal; e a invenção de novos ofícios, como a tecelagem e a fundição. Como pondera Segal (1945), “o posterior desenvolvimento das forças produtivas da sociedade primitiva [...] provocou a mudança das relações de produção até então

⁷ Em meio à derrocada do comunismo primitivo, assistimos ao aumento, em grande escala, da produtividade de trabalho, consequência direta do domínio do homem sobre o meio natural. A força de trabalho humano adquiriu a capacidade de produzir mais ferramentas do que as necessárias para a sobrevivência e a subsistência de cada produtor. Diante disso, o homem foi tomado pelo desejo de produtividade, que culminou na exploração de outros homens (SEGAL, 1945).

vigorantes” (p. 357), o que, dito de outra maneira, significa que o estabelecimento de novos modos de produção provocou impactos naquela formação social primitiva, de modo que ela foi se transformando até perder totalmente suas características.

É importante assinalar que a concepção que se tem de comunismo primitivo é determinada pelo nível de desenvolvimento da sociedade contemporânea. Isso equivale a dizer que esse conceito é anacrônico, baseado exclusivamente no repertório simbólico que desenvolvemos ao longo da história e temos hoje. Conforme Segal (1945), “seria um erro imaginar-se que os homens primitivos criaram esse regime conscientemente, pois ele se formou e se desenvolveu de maneira natural, alheia à vontade e à consciência dos homens” (p. 356). Esses homens evidentemente não tinham consciência de que suas relações de produção determinavam a formação social em que se encontravam. Essa aceção pertence à mentalidade de nossa época.

Paralelamente ao dismantelamento da sociedade comunista primitiva, vimos o desejo humano de barganha aumentar consideravelmente. O homem não queria produzir mais apenas para si, mas também para gerar riqueza. Sozinho, no entanto, não era capaz de ampliar sua produtividade. Sua ambição, então, o levou a procurar outras forças produtivas, encontrando-as nos prisioneiros de guerra, que passaram a ser convertidos em escravos (SEGAL, 1945).

É digno de nota que, nas sociedades comunistas primitivas, existiam apenas dois destinos para os prisioneiros de guerra: morrer ou servir de alimento para o grupo vencedor. Se dentro delas não se pensava em utilizar esses sujeitos para o trabalho, era porque os instrumentos de produção que existiam até então eram limitados aos membros do clã. Mais tarde, no entanto, com o surgimento do ofício de fundição, o homem adquiriu a capacidade de produzir ferramentas que poderiam ser utilizadas não apenas por ele mesmo, como também por terceiros, fazendo surgir assim a escravidão (HARARI, 1945).

Por efeito desse novo modo de produção, que aos poucos foi se consolidando, uma nova formação social veio à luz: o Estado escravista, o primeiro modelo de sociedade de classes⁸, no qual homens livres subjugavam outros que foram aprisionados. Segal (1945) lembra que essa nova organização da sociedade deriva da divisão do trabalho possibilitada pela domesticação dos animais, que levou à permuta entre os indivíduos. Ele se apoia em Engels, para o qual “da primeira divisão social do trabalho nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados” (p. 359).

⁸ Essa concepção não é unânime. Para Hobsbawn (1984/2000), enquanto as classes, em sua aceção objetiva, existem desde a desagregação da sociedade comunista primitiva, a sociedade de classes (bem como a consciência de classe que lhe é correlata) consiste em um fenômeno específico do Estado capitalista, sobretudo a partir da Revolução Industrial.

Ainda que seja um modo de produção repleto de ressalvas, o escravismo cumpriu, de acordo com Harari (1945), um papel progressista. Para ele, “baseadas na exploração do homem pelo homem ergueram-se as civilizações, a cultura, a arte e a ciência antigos e modernos” (p. 223). Ocorre que o modo de produção escravista possibilitou o desenvolvimento e a terceirização das forças produtivas, limitadas até então ao indivíduo e a seu grupo social, e disso procederam os mais diversos avanços humanos e tecnológicos, conforme os recursos de cada época.

Se, por exemplo, os antigos gregos se tornaram artistas, filósofos, políticos etc., foi “porque o trabalho de seus escravos e o comércio de seus produtos lhes permitia o ócio necessário para o seu desenvolvimento intelectual” (HARARI, 1945, p. 223). Portanto, à revelia das críticas — que são, sim, muito oportunas e justas —, o escravismo pode ser considerado uma etapa necessária para o progresso civilizatório — uma página controversa na história da humanidade, porém compreensível ao que nós mesmos denominamos civilização⁹. Enveredemo-nos agora por esse modo de produção.

O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA

Toda sociedade de classes está, de certo modo, enraizada no escravismo. Essa formação social, aliás, pode ser considerada a primeira em que se assistiu a exploração do homem pelo homem, concomitantemente à criação de uma hierarquia social. Mesmo tendo sido substituída no curso da história, podemos encontrar vestígios dela nos modos de produção que lhe são posteriores, como o servil e o assalariado (HARARI, 1945). Ocorre que, paralelamente à diferença estabelecida entre homens livres e escravos, surgiu a diferença entre ricos e pobres, a qual vem se atualizando desde então nas formas de desigualdade social experimentadas pelo homem ao longo do tempo, dentre elas a diferença entre burgueses (ou capitalistas, detentores dos meios de produção) e proletários (SEGAL, 1945).

Para além disso, vale dizer que existem ainda hoje grupos de trabalhadores que vivem em condição escravista. Ora, especificamente no estado do Rio de Janeiro, muitos catadores de materiais recicláveis de rua costumam coletar os resíduos pelo território e trocar por meros insumos alimentícios. Trata-se de uma condição de trabalho análoga à escravidão, já que a única remuneração que os escravos recebiam por seu trabalho era de alimentos (BRASIL, 2003).

⁹ Engels, citado por Segal (1945), acrescenta que “[...] a implantação da escravidão representou, nas circunstâncias daquela época, um grande progresso. É indiscutível que a humanidade se elevou, a partir do estado primitivo, semianimal e para tanto precisou recorrer, portanto, a meios bárbaros, quase bestiais, para sair desse estado de barbárie” (p. 368). O escravismo, portanto, foi um mal necessário.

O escravismo marca a segunda divisão social do trabalho, a qual tem como característica a distribuição das atividades necessárias à manutenção da vida civilizada entre os diferentes agrupamentos sociais. De acordo com Engels, citado por Segal, “como um mesmo indivíduo não podia mais realizar sozinho um trabalho tão variado, efetuou-se a segunda grande divisão do trabalho” (p. 360). Inicialmente, essa divisão foi representada pela separação entre trabalho artesanal e trabalho agrícola. No entanto, com o passar dos anos, ela foi se reeditando, resultando na supracitada divisão da sociedade em classes, a partir da apropriação do solo, que foi decisiva para o estabelecimento da propriedade privada. Tal divisão representa o último suspiro do comunismo primitivo, haja vista que:

A desproporção entre os bens dos chefes de famílias individuais destrói os antigos agrupamentos comunistas em todos os lugares onde se haviam mantido até então, e, com eles, desaparece o trabalho em comum, da terra, por conta das coletividades. O solo próprio para o cultivo é distribuído entre as famílias particulares, a princípio provisoriamente e mais tarde para todo o sempre (ENGELS apud SEGAL, 1945, p. 360).

A sociedade escravista se desenvolveu paulatinamente. Segundo Segal (1945), a princípio, o trabalho dos escravos era pouco empregado. Isso ocorria porque muitas famílias se recusavam a terceirizar seu trabalho, aplicando a força de seus próprios integrantes para extrair da terra os insumos necessários para sua sobrevivência. Foi como consequência do desenvolvimento da barganha, mediante o crescimento da ambição humana, e do aparecimento do dinheiro que “[...] as pequenas explorações foram sendo absorvidas pelas maiores, que empregavam a mão de obra dos escravos” (p. 365). Ocorre que esses dois fatores deram origem a uma classe que não se ocupava da produção, mas apenas comprava e vendia as mercadorias na qualidade de intermediária. Essa classe — mais precisamente, a dos comerciantes — deu origem à terceira divisão do trabalho, caracterizada pela geração de lucro mediante o oportunismo de um grupo que aprendeu a revender por preços elevados produtos adquiridos a baixo custo de seus produtores. Nesse seguimento, como explica Segal (1945):

Os comerciantes aproveitavam-se do isolamento dos pequenos produtores em relação ao mercado. Compravam deles as mercadorias a baixos preços, revendendo-as a preços elevados. Exploravam, dessa maneira, os produtores e os consumidores. [...] do crescimento da produção mercantil e da circulação monetária resultou que, depois da compra de mercadorias por dinheiro, vieram os empréstimos e, com eles, os juros e a usura (p. 365, grifo do autor).

As dívidas acorrentaram os pequenos produtores, que, por não terem como pagá-las, se viram como escravos de seus credores. Essa situação os conduziu à ruína, tornando-os uma multidão de indigentes. Ora, devido aos empréstimos que não tinham como pagar, eles eram desaposados de

suas terras, as quais passavam a pertencer os ricos. Esses, com o auxílio do trabalho dos escravos, criavam latifúndios e exploravam os recursos naturais. Foi em decorrência do apossamento de terras por uma minoria que não tinha como cultivá-las sozinha que o escravismo atingiu o seu ápice (SEGAL, 1945).

No regime escravista, o escravo não era considerado outra coisa senão um instrumento: ele era um objeto, assim como uma ferramenta de trabalho, utilizado para facilitar a vida dos homens livres (GONÇALVES, 2006). Ele era propriedade exclusiva de seu amo, que podia tratá-lo como quisesse, inclusive matá-lo se julgasse necessário (SEGAL, 1945). As relações de produção que se estabeleciam eram as de dominação e sujeição, que tinham como representantes de cada um dos polos o amo e o escravo, respectivamente (GONÇALVES, 2006). Para cada senhor, havia um grande número de escravos, os quais tinham vida útil curta. Isso porque “a exploração atroz de que eram vítimas acarretava sua inutilização em pouco tempo. Ao deixarem de ser aptos para o trabalho, eram mortos” (SEGAL, 1945, p. 367). Não é à toa que o Estado escravista alimentava conflitos quase que de maneira ininterrupta. Ora, como era das guerras que os escravos surgiam, era necessário que elas nunca cessassem para que eles não se tornarem escassos (SEGAL, 1945).

Do escravismo é possível extrair algumas lições sobre a divisão da sociedade em classes e a criação de uma hierarquia social, as quais se mantêm atuais mesmo nos dias de hoje. A principal delas é a de que, embora as forças produtivas tenham se desenvolvido, esse desenvolvimento só beneficiou um pequeno grupo. Para as massas, em especial a de escravos, significava penúria e privação. Como pondera Engels, citado por Segal (1945):

Sendo a base da civilização atual a exploração de uma classe por outra, seu desenvolvimento se faz, constantemente, por antinomias. Cada progresso na produção significa, ao mesmo tempo, um retrocesso para a classe oprimida, isto é, para a maioria da sociedade. Cada benefício para alguns é forçosamente um prejuízo para os restantes. Cada grau de emancipação atingido por uma classe é um novo elemento de opressão contra outra (p. 369).

Segal (1945) nos mostra, a partir do escravismo, como pode ocorrer a determinação do econômico sobre as demais estruturas que, conjugadas, definem o modo de produção e a formação social, cabendo aos próprios (modo de produção e formação social) retroalimentá-lo. Em suas palavras, “a escravidão foi, numa determinada etapa histórica, forma social necessária ao desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das forças produtivas serviu, por sua vez, como causa determinante do próprio regime escravagista” (p. 369). Esse é um clássico exemplo em que o econômico exerce a dominância no modo de produção que detém a hegemonia de uma época.

O regime escravista, no entanto, foi aos poucos perdendo seu papel determinante. Isso ocorreu porque, se em sua origem ele foi um fator de desenvolvimento das forças produtivas, com o passar dos anos se tornou o motivo da destruição delas. Como Segal (1945) explica, a decadência das forças produtivas parecia levar à ruína o regime econômico vigente. Nesse sentido, o escravismo deixou de ser economicamente sustentável. Ora, com a conquista de todos os outros povos através das guerras, não havia mais com quem comercializar. Entrava-se em um beco sem saída, em vista do qual era mais vantajoso voltar ao sistema de pequena produção.

Nesse seguimento, assistimos à abolição do escravismo, com os escravos sendo libertos, e a desintegração dos grandes latifúndios, que voltavam a ser pequenos terrenos cultivados pelos chamados colonos. Esses colonos eram, em sua grande maioria, antigos escravos que recebiam um pedaço de terra para cultivar em troca do pagamento de um tributo ao proprietário do solo. Eles foram, segundo Segal (1945), os antecessores dos servos, os quais desempenhariam papel de suma importância no modo de produção que surgiria em seguida.

O MODO DE PRODUÇÃO SERVIL DA SOCIEDADE FEUDAL

Sucedânea do escravismo, a servidão foi o modo de produção hegemônico do período medieval, definindo a formação social que se tornou conhecida como feudalismo. Conforme Segal (1945), por volta do século V, durante a transição da Antiguidade para a Idade Média, a Europa se tornou cenário de guerras incessantes, as quais punham em xeque a produção no campo, que, para continuar existindo, dependia da proteção dos chamados chefes militares. Ocorre que, à medida que saíam vitoriosos dos conflitos que travavam, esses generais ganhavam dos reis uma parcela das terras que eles ajudavam a conquistar. Essas terras, que eles disponibilizavam aos camponeses para o cultivo e a criação de animais, ganhavam o nome de feudos e eles, os proprietários, de senhores feudais.

Os camponeses se tornaram dependentes dos senhores feudais. Isso porque, como acabamos de mencionar, os senhores feudais nada mais eram do que os chefes militares, os mesmos que protegiam a produção durante as guerras. Em troca dessa proteção, os camponeses se comprometiam a lhes prestar serviços diversos. Dessa forma, os camponeses se tornavam servos dos senhores feudais. Vale destacar que, embora não fossem homens livres, os servos podiam trocar de senhor se julgassem conveniente (SEGAL, 1945).

Conforme Pinsky *et al.* (1979), no regime feudal as relações de produção se desenvolviam em torno da terra, posto que repousavam sobre uma economia predominantemente agrícola. Cada

pedaço de terra era disponibilizado aos camponeses por seu respectivo senhor feudal. A disponibilização, entretanto, era apenas para usufruto e ocupação. Aliás, os senhores feudais, embora fossem os proprietários de suas terras, não tinham disposição absoluta do solo. Como Segal (1945) demarca, as terras continuavam sob o domínio dos reis. Elas permaneciam submetidas ao poder da monarquia, a qual tinha direito de arrecadar taxas fixadas sobre o que era produzido (PINSKY *et al.*, 1979).

Ao dissertar sobre a base econômica do feudalismo, Pinsky *et al.* (1979) resumem as relações de produção dos feudos da seguinte maneira:

[...] uma parte dos trabalhadores — a maioria nas épocas de desenvolvimento típico — não goza de uma completa liberdade pessoal; não há “escravidão” (propriedade da pessoa), mas “servidão” (vínculo do camponês com seu amo — *homo proprius* —, e mais tarde com sua exploração — *adscibus glebae*); mas entre esses mesmos senhores, o sistema de propriedade está vinculado a um sistema de deveres (sobretudo os militares) para com a pessoa do superior (p. 76).

Claramente, a formação social feudal consistiu em uma rudimentar sociedade de classes, a qual era composta por reis, senhores e servos, sem contar com o clero, que, como aludimos anteriormente ao abordar a interferência ideológica, exercia influência política e econômica, determinando a conformação servil.

De acordo com Segal (1945), a produção dos feudos, inicialmente, tinha um caráter natural, com os produtos não sendo destinados à permuta, e sim à própria subsistência dos servos e dos senhores. Porém, com o desenvolvimento do mercado, representado pelo comércio, as coisas começaram a mudar. Foi esse fator, inclusive, que acentuou a exploração dos camponeses. Ora:

À medida que o comércio se ia generalizando, o senhor feudal podia adquirir maior quantidade de objetos de luxo e de armas para seus guerreiros e, em consequência, era levado a espoliar cada vez mais os camponeses que dele dependiam. Os tributos aumentaram e o trabalho gratuito (corveia) foi acentuado (p. 378).

A exploração dos camponeses se agravou ainda mais com a formação dos poderes centralizados. Devido a isso, além dos tributos que pagavam aos senhores, os servos eram obrigados a se haver com outros impostos, que eram voltados à manutenção dos Estados feudais. À propósito da criação dos Estados centralizados, essa também foi consequência do mercado. Como descreve Segal (1945):

A fragmentação dos países em províncias independentes impunha obstáculos ao comércio, pois os senhores feudais estabeleciam tributos para o trânsito das mercadorias por seus feudos. Cada um deles tinha também o poder de cunhar sua própria moeda, além de muitos outros direitos. Por outro lado, o comércio era uma atividade sujeita a grandes perigos por

causa das frequentes agressões das tropas feudais aos comboios de mercadorias. Por consequência, os comerciantes lutavam pela abolição da autonomia dos senhores feudais e, para isso, se aproveitavam das guerras entre eles, tomando o partido dos mais fortes para ajudá-los a submeter os demais (p. 378–379).

É curioso o fato de que, desde muito, o mercado tem influído na exploração do homem pelo homem. Tanto na sociedade feudal quanto na sociedade escravista, que lhe antecede, foi o mercado, representando pelo comércio, que incentivou o abuso das forças produtivas, levando-as à exaustão. Especificamente quanto ao feudalismo, foi o mercado um dos fatores determinantes para a queda desse regime, como veremos a partir de agora.

DA INTERFERÊNCIA DO MERCADO NA SOCIEDADE FEUDAL À INSTITUIÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Escrevem Pinsky *et al.* (1979):

A palavra feudal não é da mesma natureza que as palavras empregadas para designar a sociedade “escravista”, a “capitalista” ou a sociedade “socialista”. Nestes três casos, a palavra empregada designa o mecanismo social fundamental [e, por que não, de produção] (propriedade do escravo, propriedade do capital, propriedade social generalizada). “Feudalismo”, em troca, é uma palavra que se relaciona apenas com a superestrutura política desenvolvida na forma típica, na forma plenamente acabada da sociedade que se intercala entre a sociedade antiga — escravista — e a sociedade moderna — capitalista. É por isso que a palavra nem sempre parece adequada para caracterizar, por exemplo, a fase de formação ou a de decomposição deste tipo de sociedade, nem tampouco algumas de suas variações conhecidas (p. 76–77).

Os autores têm razão em seu argumento. Ora, o adjetivo feudal não qualifica o modo de produção desse período da história da humanidade. Embora diga algo da organização territorial, não obstante política, diz pouco das estruturas determinantes dessa formação social, que, como vimos, consistem nas estruturas ideológicas e econômicas. Talvez o predicativo que defina melhor esse regime seja servil, pois é o que abarca suas relações de produção, as quais, por terem sido alteradas no início da Idade Moderna, deflagraram uma nova configuração social e econômica.

Como assinalamos anteriormente, alicerçados em Segal (1945), a produção dos feudos tinha, a princípio, um caráter exclusivamente natural, com os produtos não sendo destinados à barganha, e sim à subsistência dos servos e senhores. Pinsky *et al.* (1979) acrescentam, porém, que, havendo sobras na produção, a barganha acabava sendo realizada, porém entre bens, sem propiciar a circulação do dinheiro. Ela ocorria, em termos marxianos, nos poros da produção. Foram nesses poros que se instalaram os primeiros comerciantes da sociedade feudal, já que, nessa formação social, a economia monetária não era fundamental.

Os comerciantes tiveram um papel político importante durante o feudalismo. Aproveitando-se das guerras entre os senhores feudais, eles tomavam o partido dos mais fortes para ajudá-los a submeter os outros. Com isso, os pequenos feudos foram se aglomerando em Estados feudais centralizados. Nesses Estados, os produtores locais se viram ameaçados pela concorrência e, para detê-la, se organizaram em corporações, que tinham como finalidade impedir a introdução de novas formas de produção e combater as importações (SEGAL, 1945).

Segal (1945) aponta que a organização corporativa feudal se tornou um obstáculo para a produção mercantil, a qual estava progredindo com o comércio internacional. Não obstante, havia ainda a dependência dos servos, que limava as manufaturas¹⁰ de obterem mão de obra barata.

É digno de nota que o feudalismo surgiu correspondendo ao nível de evolução das forças produtivas. Porém, esse regime mesmo se pôs em contradição, ao limar as forças produtivas que se criavam com o desenvolvimento do capitalismo industrial, que vinha sobrepujar o capitalismo comercial e usurário. Foi nesse cenário que se irromperam as revoluções burguesas, as quais tinham a intenção de cumprir dois desígnios: abolir o regime feudal e abrir caminho para o desenvolvimento do capitalismo. Como esclarecem Marx, Engels e Lewis, apud Segal, (1945), “as forças produtivas, [dessa vez] representadas pela burguesia, rebelaram-se contra o regime de produção representado pelos proprietários dos latifúndios feudais e pelos donos de corporações” (p. 384). Essas revoluções, impulsionadas pelo desenvolvimento do mercado, puseram fim ao modo de produção feudal e instituíram um outro modo de produção: o capitalista.

O modo de produção capitalista desenvolveu-se com o surgimento da produção mercantil, que veio substituir a economia natural do sistema feudal. Embora sob os regimes escravista e feudal tenha, sim, existido a troca de produtos, esta não era destinada ao mercado. É no regime capitalista que assistimos à produção mercantil se converter em um modo de produção generalizado e dominante. Analisemos seus determinantes.

O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O modo de produção capitalista começou a se desenvolver mediante o empobrecimento da nobreza europeia, devido aos gastos com guerras e à fuga dos camponeses para as cidades (CABRAL, 2019). Essas cidades, que recebiam o nome de burgos, eram habitadas por comerciantes, os quais se tornaram conhecidos como burgueses (COMPARATO, 2011).

¹⁰ Quanto às manufaturas, sua gênese se deve ao próprio comércio internacional, sobretudo quando este se estendeu para os países do Novo Mundo (ENGELS *apud* SEGAL, 1945).

Por volta do século XIII, especialmente no norte da Itália e nas proximidades do Mar do Norte, os burgueses começaram a enriquecer ao se dedicarem ao comércio em larga escala. Ocorre que, em vez de apenas comprar produtos de pequenos produtores para revender a custo elevado, como faziam anteriormente, eles passaram a criar manufaturas e contratar camponeses para operá-las. Com isso, foi se desfazendo o antigo vínculo de servidão feudal, o qual foi substituído pelo contrato salarial. Paulatinamente, as oportunidades de trabalho aumentaram, o volume de dinheiro cresceu e o mercado de consumo se potencializou, fazendo com que as manufaturas tivessem que ser ampliadas e multiplicadas (CABRAL, 2019). Como detalha Engels (1945):

A burguesia lançou por terra a ordem feudal e levantou sobre suas ruínas o regime da sociedade burguesa, o império da livre concorrência, da liberdade de domicílio, da igualdade de direitos dos possuidores de mercadorias, e tantas outras maravilhas burguesas. Agora já podia desenvolver-se livremente o modo capitalista de produção. E ao chegarem o vapor e a nova maquinaria ferramental, transformando a antiga manufatura na grande indústria, as forças produtivas criadas e postas em movimento sob o comando da burguesia desenvolveram-se com uma velocidade inaudita e em proporções até então desconhecidas (p. 52).

Engels (1945) esclarece que, antes de o mundo conhecer o modo de produção capitalista, predominava, baseada na propriedade do trabalhador sobre seus meios de produção, a pequena indústria. Nela, os meios de produção eram meios de produção individuais, o que os levava a pertencer ao próprio produtor. Com o despontar do modo de produção capitalista, ocorreu a concentração e o desenvolvimento desses meios de produção individuais, o que fez com que eles se transformassem em poderosas engrenagens produtoras, as quais observamos ainda hoje, muitos séculos depois.

Para Cabral (2019), esse processo responde por grandes revoluções e mudanças nas esferas econômica, política e social, sobretudo a partir do século XV, dentre elas a Reforma Protestante, que diminuiu a influência ideológica da Igreja Católica, a formação de Estados nacionais, a Revolução Francesa, que introduziu ideais como os de liberdade e igualdade, e, com grande destaque, as Revoluções Industriais, que transformaram de vez a produção de mercadorias. Conforme Engels (1945), houve, nesse seguimento, a conversão dos meios de produção individuais em meios de produção sociais, só manejáveis por uma coletividade de homens: “a roca, o tear manual e o martelo do ferreiro foram substituídos pela máquina de fiar, pelo tear mecânico, pelo martelo movido a vapor; a oficina individual deu o lugar à fábrica, que impõe a cooperação de centenas e milhares de operários” (p. 53–54).

Diante disso, a própria produção se transformou, deixando de ser um conjunto de atos individuais para ser uma rede de produção operada por muitos: “o fio, as telas, os artigos de metal que agora saíam da fábrica eram produto do trabalho coletivo de um grande número de operários, por cujas

mãos tinha que passar sucessivamente para sua elaboração” (ENGELS, 1945, p. 54). Todas essas variáveis fizeram com que, no século XIX, o capitalismo pudesse se apresentar de maneira estruturada e, no século XX, resultasse na formação de grandes indústrias, que não se restringiam apenas ao seu país de origem (CABRAL, 2019).

Segal (1945) assinala que o modo de produção capitalista fez com que a divisão social do trabalho se desenvolvesse amplamente. Ora, o móvel do capitalismo é o enriquecimento dos capitalistas, e isso só foi possível mediante a exploração da força de trabalho daqueles que cumprem tarefas em troca de uma pequena quantia de dinheiro, a qual designamos como salário. Nos termos segalianos, “para alcançar a maior vantagem possível, cada capitalista [...] trata de aumentar sua produção, de intensificar a exploração de seus operários e de introduzir novas e mais perfeitas máquinas, a fim de diminuir o custo de produção e aumentar seu lucro” (p. 388–389).

Para Segal (1945), o capitalismo agrava a contradição própria de qualquer sociedade organizada de acordo com uma hierarquia social. Citando Marx, “[...] o capitalismo ultrapassa em energia, exagero e eficiência a todos os sistemas de produção que o precederam — o escravagista e o feudal — baseados diretamente no trabalho forçado” (p. 389). Esses apontamentos são pertinentes à discussão que iniciaremos sobre a sociedade capitalista classista.

CAPITALISMO E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: DA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES

A história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, membro de corporação e oficial-artesão, em síntese, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora dissimulada, ora aberta, que a cada vez terminava com uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com a derrocada comum das classes em luta.

— Karl Marx & Friedrich Engels

Em Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (1848/1998) defendem que, desde o início daquilo que conhecemos como história¹¹, a sociedade tem se organizado por obra da oposição de forças antagônicas, que ganha contornos na luta de classes. Aliás, esse conceito, o de classe, constitui um fato curioso na obra marxiana, haja vista que Marx nunca chegou a formalizá-lo, empregando-o ainda em dois contextos distintos, nos quais ele também assumiu significados

¹¹ Trata-se aqui da história escrita, que não leva em consideração a pré-história, cujos registros que se tem são, em sua maioria, de cunho arqueológico.

diferentes. Hobsbawn (1984/2000) comenta que, em suas primeiras aparições, o conceito de classe buscava exprimir a ideia de conjuntos humanos que se reuniam de acordo com uma classificação orientada por um critério objetivo, o qual se tratava da forma como os homens se relacionavam com os modos de produção. É nesse sentido que a noção de classe aparece no escrito marxiano-engeliano supracitado, transmitindo a ideia de “[...] agrupamentos de exploradores e explorados que, por razões puramente econômicas, são encontrados em todas as sociedades humanas que ultrapassem a fase primitiva comunal e, como argumentaria Marx, até o triunfo da revolução proletária” (HOBSBAWN, 1984/2000, p. 34).

Diferentemente desse primeiro significado, o outro leva em consideração um elemento subjetivo na definição de classe: a consciência de classe. Dentro do materialismo histórico, a ciência marxiana da história, a consciência é inseparável da ideia que se faz de classe. Como argumenta Hobsbawn (1984/2000), “uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal” (p. 34).

Essa distinção é importante porque, embora falamos anteriormente sobre sociedade de classes em regimes pré-capitalistas, como nas formações sociais escravista e feudal, ela não era uma realidade conscientemente experimentada, ou seja, não havia a mesma consciência que se tem hoje da existência de tal organização social. Hobsbawn (1984/2000) inclusive pondera que:

[...] no capitalismo a classe é uma realidade histórica imediata e em certo sentido vivenciada diretamente, enquanto nas épocas pré-capitalistas ela pode ser meramente um conceito analítico que dá sentido a um complexo de fatos que de outro modo seriam inexplicáveis. (p. 37)

Seguindo essa premissa, nesta seção faremos uma abordagem da sociedade de classes a partir da instituição do modo de produção capitalista. Consideraremos a divisão social que se instaurou entre os detentores dos meios de produção — os burgueses — e os donos das forças produtivas, que as oferecem em troca de um salário — os proletários. Nessa seara, estaremos atentos a outro ponto forte da discussão levantada por Hobsbawn (1984/2000), segundo o qual, ainda que a ideia de classe proletária possa hegemonizar e homogeneizar outras classes, não se deve deixá-las invisibilizadas. Esse posicionamento é necessário tendo em vista o objeto deste artigo: de novo, e não ainda pela última vez, os catadores de materiais recicláveis, que se encontram em condição de subalternidade até mesmo dentro da grande classe trabalhadora da qual eles fazem parte.

ENTRE A DETENÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO E A VENDA DA FORÇA DE TRABALHO

Com o surgimento do capitalismo, o trabalhador perdeu o controle sobre como e o que produzir. Esse modo de produção foi responsável por mudanças radicais nas relações entre os indivíduos — mudanças essas que vigoram até os dias de hoje. Loch e Correia (2004) assinalam que:

Nos primórdios do capitalismo, a organização do trabalho era de domínio dos trabalhadores que detinham a concepção e a prática de seus ofícios o que, em analogia ao conceito marxista de trabalho, faz pressupor que o trabalhador tinha autonomia sobre o processo de seu trabalho e a este não era alheio. Entende-se que a autonomia sobre o processo de trabalho gerava maior potencial de flexibilidade no processo de produção: da escolha da matéria-prima, da adaptação ao método de execução, do ritmo de produção como também da comercialização dos produtos fabricados. (LOCH; CORREIRA, 2004, p. 6)

Qual é o marco que determina a origem do capitalismo? Alguns historiadores alegam que, durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna, “[...] vemos uma transformação no caráter autossuficiente das propriedades feudais na qual as terras começaram a ser arrendadas e a mão de obra começou a ser remunerada com um salário” (SOUSA, 2007, n. p.). Nesse seguimento:

As primeiras mudanças vieram junto do surgimento de uma classe de comerciantes e artesãos que viviam à margem da unidade feudal habitando uma região externa, chamada de burgo. Foi baseado nesse nome que a classe social anteriormente referida ganhou o nome de burguesia. A burguesia medieval implantou uma nova configuração à economia europeia na qual a busca pelo lucro e a circulação de bens a serem comercializados em diferentes regiões ganharam maior espaço (SOUSA, 2007, n. p.).

Seguindo essa nova configuração, as mercadorias tiveram seu valor de uso diminuído. Isso porque, se antigamente as trocas aconteciam de acordo com a utilidade e a demanda dos objetos, com o advento do capitalismo os objetos passaram a ser trocados pela quantidade de mão-de-obra empregada em sua produção, a qual tem o lucro como único objetivo. Como explica Braverman (1987):

O trabalhador faz o contrato de trabalho por que as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador, por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça por ampliar e para isso converte parte dele em salários. Desse modo põe a funcionar o processo de trabalho, o qual embora seja em geral um processo para criar valores úteis tornou-se especificamente um processo para a expansão do capital, para a criação de um lucro (BRAVERMAN, 1987, p. 55–56).

A partir do século XVIII, com o grande número de terras adquiridas pelos proprietários burgueses, cresceu a concentração de poder pela burguesia, o que levou ao aumento da miséria daqueles que não possuíam a sua própria terra e que buscavam sobreviver através do seu trabalho. Buscando meios de subsistência, os trabalhadores migraram de suas residências para os arredores

das fábricas, o que iniciou o fenômeno do crescimento da população operária. As condições de vida dos operários e de suas famílias eram precárias, com moradias pequenas, sem as mínimas condições de habitação, higiene e salubridade. O salário não era suficiente para manter ou mesmo para garantir o sustento da família, o que fez com que mulheres e crianças de pouca idade também fossem obrigadas a trabalhar. Assim, como destaca Braverman (1987):

A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornam-se generalizadas através de toda a sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de constrições legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista (p. 54–55).

À vista dessa separação entre os que detêm os meios de produção e os que, para se aproximar deles, vendem sua força de trabalho, conhecemos a organização social classista do modo de produção capitalista. Trata-se de uma forma de divisão social do trabalho que se mantém viva até os tempos mais recentes.

CAPITALISMO E SOCIEDADE DE CLASSES

Como vimos na seção anterior, as sociedades humanas, de maneira geral, sempre foram segmentadas: escravos e homens livres, servos e senhores, explorados e exploradores. Dizemos, nesse sentido, que elas passaram por um processo ao qual se dá o nome de estratificação social e que consiste na disposição hierárquica dos indivíduos em uma escala (SILVA, 1981). Esse processo, segundo Costa Pinto, citado por Silva (1981), é responsável pela produção das classes sociais, especialmente em meio ao modo de produção capitalista.

As classes sociais, seguindo critérios objetivos, consistem em camadas de indivíduos que se diferenciam pela posição que ocupam na rede de produção. Elas, é importante dizer, não existem de maneira isolada, estando sempre em interação uma com as outras, mesmo que seus componentes se situem em lugares diferentes. Isso faz com que se produza um sistema de classes que é parte integrante da formação social capitalista. É importante dizer que esse sistema não é estático, transformando-se conforme as mudanças que a própria formação capitalista experimenta (SILVA, 1981).

De acordo com Cabral (2019), Marx considerava que as classes sociais eram caracterizadas por sua posição no processo de produção, sua relação com o sistema de propriedade. No capitalismo, ele identificou duas grandes classes: a dos burgueses (ou capitalistas), detentores dos meios de produção, e a dos proletários, que vendem sua força de trabalho em troca de alguma remuneração. Essas classes ganharam contornos bem definidos a partir da Revolução Industrial. Como disserta Cabral (2019):

A partir da Revolução Industrial e do intenso desenvolvimento do modo de produção capitalista quase intensificou esse processo diferenciador de funções. Fragmentam-se cada vez mais as tarefas produtivas e as administrativas. [...]. Ao mesmo tempo em que essa repartição aumentou a produtividade do trabalho, trouxe também severas consequências sociais para a vida do indivíduo e das classes (p. 1064).

Ocorre que a Revolução Industrial redefiniu a relação entre capital e trabalho, fazendo surgir um padrão de acumulação de capital mais intenso, centrado na expansão industrial. Diante disso, um novo mundo do trabalho foi se edificando, sendo demarcado pelo papel importante exercido por novos atores (o proletariado) e pela adoção de novas regras (PRONI, 2006).

Em “O capital”, assinala Marx (1867/1991) que, com o advento do capitalismo, que criou as classes de assalariado e capitalista, mudou-se a forma de sujeição à qual o trabalho é submetido. Se no passado houve a exploração escravista e a exploração feudal, essas, a partir de então, se transformaram em exploração capitalista. A expropriação, que já ocorria pelo menos desde a Antiguidade, passa a ocorrer no regime capitalista com grande violência. Instala-se, nesse sentido, uma nova relação econômica de dominação e subordinação.

Para Cardoso (2006), “há uma mudança na forma da relação de dominação e subordinação”. Essa relação se torna mais livre. Como o trabalhador é formalmente livre, sua subordinação ao capital é formalmente voluntária. Nesse sentido, é “puramente econômica”. Se pontuamos que se trata de uma nova relação de subordinação na esfera econômica, é porque, no capitalismo, a produção perde sua independência. No feudalismo, por exemplo, embora um produtor fosse subordinado a um senhor, durante seu trabalho ele dispunha de independência e controle sobre o próprio trabalho. Com o capitalismo a coisa muda de figura: ele perde essa independência. Sua produção, aliás, não guarda qualquer traço seu.

Embora o modo de produção capitalista seja caracterizado pela dominância da estrutura econômica, essa, por si só, não é suficiente para a construção da ideia de classe social. Poulantzas (2019) afirma que as classes não estão referidas apenas ao econômico, mas, sim, ao conjunto das

estruturas de um modo de produção e de uma formação social, e às relações que essas mantêm em diversos níveis. Para ele, aliás, as classes sociais são:

[...] o efeito de um conjunto de estruturas e de suas relações, no caso: 1.º) do nível econômico; 2.º) do nível político; e 3.º) do nível ideológico. Uma classe social pode muito bem ser identificada quer no nível econômico, quer no nível político, quer no nível ideológico, podendo, então, ser localizada em relação a uma instância particular. No entanto, a definição de uma classe enquanto tal e sua apreensão em seu conceito se relacionam com o conjunto dos níveis cujo efeito ela constitui (p. 65).

Ademais, deve-se levar em consideração, como disserta Hobsbawn (1984/2000), que essa divisão da sociedade em classes sociais não passa de um formalismo conceitual, afinal, a noção de classe social é dependente da consciência de classe e tributária da luta de classes. Essa consciência e luta se devem à observação da exploração do proletariado, que se formou em análises econômicas da atual sociedade capitalista, e ao ideal de uma revolução: a revolução do proletariado contra a burguesia exploradora.

Ainda conforme Hobsbawn (1984/2000), a estratificação da sociedade capitalista em burgueses e proletários pode incorrer na invisibilização de classes que conservam diferenças sutis em relação a esses dois polos. Acreditamos que os catadores de materiais recicláveis, embora situados mais próximos da classe proletária, não são totalmente compreendidos por ela. Há um ponto muito importante que não pode ser desconsiderado nessa análise, que consiste na diferença de condição entre trabalhadores formalizados e aqueles que exercem funções de maneira informal. Para compreendê-la, é preciso enveredar pela noção de precarização da classe trabalhadora.

A PRECARIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

O conceito de trabalho e o lugar que ele ocupa em um contexto histórico envolve a representação que se faz do trabalhador e daquele que não trabalha. Conforme Marinho (2005), o trabalho passou a ser uma espécie de “sentido da vida”, indo além do problema da sobrevivência, sendo proclamado inclusive como virtude. Nessa linha de raciocínio, encontramos o argumento de Dejours (1987), segundo o qual o trabalho consiste em uma forma de o trabalhador afirmar e reafirmar sua identidade social, por meio de atribuições individuais inseridas por ele mesmo na forma como realiza sua tarefa.

O taylorismo-fordismo, datado do início do século XX, baseava-se na produção de mercadoria em massa, produção que se estruturava de forma mais homogeneizada e verticalizada. Segundo Medeiros e Macêdo (2006):

Esse padrão produtivo teve como elementos fundamentais: o trabalho parcelar e fragmentado e da decomposição das tarefas que reduziam a ação em suas operações mínimas; a separação entre execução e planejamento; o aumento do controle sobre o trabalhador; a cronometragem de cada movimento do operário na execução das operações e da rotinização do trabalho (p. 63).

Dessa nova estrutura produtiva, vimos advir a precarização das condições e relações de trabalho, bem como o desemprego estrutural, que fez com que a força produtiva se curvasse a subempregos. Ocorre que, de 1970 para os tempos mais recentes, o mundo produtivo capitalista sofreu transformações muito profundas devido a uma crise de dimensões abrangentes cujas consequências experimentamos até os dias atuais (ANTUNES, 1999). Nesse contexto de crise:

[...] as várias formas de produção, ou melhor dizendo, a forma de produção então dominante, que era caracterizada pelo que eu chamo do binômio taylorismo-fordismo, aquela grande indústria concentrada, com produção em série, com os controles do cronômetro, com as empresas verticalizadas, geradoras de um operariado produtivo de massa, aquele desenho produtivo taylorista e fordista (que, como disse Henry Ford, permitiria ao consumidor a opção de escolher entre o Ford modelo T cor preta ou outro Ford modelo “T” cor preta e que foi genialmente satirizado por Chaplin no filme Tempos Modernos), aquele padrão produtivo, vigente na indústria e mesmo nos serviços, ao longo praticamente de todo o século XX, deu sinais de esgotamento (ANTUNES, 1999, p. 55–56).

Essa conjuntura fez com que surgissem empresas enxutas, que sustentavam o ideário e a pragmática que caracterizam o modo de produção capitalista de nossos tempos. Em decorrência disso, testemunhamos um enorme processo de precarização da classe trabalhadora. Sobre essa precarização, Mattoso (2000) pontua que se trata do:

[...] aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito a aposentadoria. O processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais (p. 8).

Em meio à precarização, surgiu a falácia da qualificação, segundo a qual “é preciso que o trabalhador se ‘qualifique’, porque [...] resta a alternativa – diz ideologicamente o capital — da ‘qualificação’, da busca de ‘empregabilidade’ para o trabalhador sair destas formas de precarização e desemprego mundial” (ANTUNES, 1999, p. 57–58). Concomitante, criou-se também a necessidade imperiosa do capital de se expandir para diferentes formas de trabalhos informais, terceirizados e precarizados. Nesse cenário em que o trabalhador se torna mal remunerado e pouco reconhecido, surge o sentimento de inutilidade, partilhado entre a sociedade, o qual ainda é agravado pela

instabilidade da função do trabalhador, pela restrição de seus direitos e pela falta de perspectivas de crescimento em seu cargo.

Porém, não é a inutilidade que está em jogo. O que se tem, na verdade, é a exclusão do trabalhador, mesmo estando ele incluído no mercado de trabalho. Para explicá-lo, recorramos a Sawaia (1999), que opta pela expressão exclusão/inclusão, em vez de simplesmente exclusão, superando o dualismo entre incluídos e excluídos. Segundo ela, essa expressão serve para demarcar que termos aparentemente opostos “[...] não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constituem na própria relação” (p. 108). Seguindo essa premissa, ela postula que exclusão pela inclusão não seria a inadaptação (e, com ela, a inutilidade), mas sim, a adaptação à exclusão social. O sujeito estaria inserido em uma forma de remuneração, mas, ao mesmo tempo, comportaria um sentimento de exclusão, o qual, embora acredite que seja de sua responsabilidade, na verdade foi gerado pelas configurações das relações de produção do sistema capitalista de nosso tempo.

Para entender o que se passa na cena do trabalho contemporânea, o conceito de exclusão é fundamental, uma vez que as transformações no mundo do trabalho modificaram e modificam o cenário das relações sociais vigentes. Ora, como vimos na seção anterior, existe uma relação direta entre modos de produção e formação social, pela qual a organização da sociedade e a forma como os sujeitos reagem a ela é determinada pelas transformações das formas dominantes de produção.

Via de regra, os teóricos do trabalho abordam a problemática da inclusão/exclusão sobre o viés da empregabilidade/desemprego. Nesse sentido a condição de desemprego equivaleria à não inclusão (ou à exclusão propriamente dita). Porém, conforme Medeiros e Macêdo (2006), é preciso pensar naqueles que trabalham sem, contudo, terem um emprego. Este é o ponto de partida para se pensar a situação dos trabalhadores da catação.

A CATAÇÃO À LUZ DA SUBPROLETARIZAÇÃO (OU: POR QUE OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS SÃO DESVALORIZADOS?)

O capitalismo não só modificou as relações de produção: ele também estabeleceu novas relações de consumo. Essas demarcam e dão o tom da sociedade contemporânea, que inclusive passou a ser designada como sociedade de consumo (BAUDRILLARD, 1970/1985). A sociedade de consumo se caracteriza pelo impulsionamento das marcas e das imagens, as quais parecem ganhar

vida própria, estabelecendo uma relação direta com os consumidores. Esses sujeitos trocam suas relações interpessoais por relações com objetos. Pode-se dizer, nesse sentido, que o consumo é a mola propulsora do mundo capitalista, afinal ele é o que estimula a própria produção.

De modo geral, toda sociedade, da Antiguidade até os tempos mais recentes, se vale do consumo para suprir suas necessidades. Na contemporaneidade, no entanto, o consumo se tornou parte fundamental das relações sociais, cumprindo o papel de suporte. Conforme Nogueira e Mansano (2016, n. p.), “o ato de consumir ganhou status, ou seja, tornou-se distintivo de uma condição social estabelecendo vínculos entre pessoas e grupos”.

Como vimos, o capitalismo, no século XX, ampliou seus mecanismos de produção mediante a instituição de empresas que não se restringiam ao seu país de origem. Como consequência desses avanços industriais, a produção de mercadorias, a população e o consumo cresceram exponencialmente. O crescimento do consumo ocorre, segundo Rifkin (2001), porque:

Somos ensinados que adquirir e acumular bens materiais faz parte integral de nossa estada na Terra e que somos, pelo menos em parte, um reflexo do que temos. Nossa própria noção do modo como o mundo funciona baseia-se, em grande extensão, no que passamos a considerar como a necessidade primordial de trocar bens uns com os outros e de nos tornarmos membros da sociedade que possuem posses (p. 3).

Para além das consequências socioafetivas, o consumo no mundo capitalista tem promovido um estilo de vida que causa sérios danos ambientais. Um desses danos é a produção elevada de resíduos sólidos urbanos. Ocorre que, quanto mais se consome, mais restos de consumo são produzidos. Temos então a formação de um ciclo vicioso que envolve: produção, consumo, descarte e geração de resíduos das mais variadas classes. As estatísticas apontam para a produção mundial de cerca de 2 milhões de toneladas de resíduo por dia e 730 milhões de toneladas por ano (WEB-RESOL, 2014).

Nos países desenvolvidos existem estratégias de gestão de resíduos sólidos pelas quais estes conseguem ser equacionados. Em contrapartida, em países em desenvolvimento, como o Brasil, existem grandes dificuldades em gerir com qualidade o resíduo urbano, fornecendo-lhe uma destinação adequada. Não à toa, vemos resíduos depositados de maneira imprópria nas avenidas, ruas e terrenos baldios, o que, além de poluir o cenário urbano, causa efeitos nocivos à saúde humana, afinal, por conta disso, assiste-se à proliferação de insetos e outros agentes transmissores de doença. Não obstante, o resíduo leva à poluição do ar atmosférico, assoreamento de rios e entupimento de bueiros, fazendo com que aumentem as enchentes em tempos de chuva (NOGUEIRA; MANSANO, 2016).

É nesse contexto que se avista a importância do trabalho responsável por coletar, triar e reciclar esses dejetos. Referimo-nos aos catadores, que, no Brasil, são responsáveis por coletar 90% dos resíduos (LENCIONI, 2017). Os catadores de materiais recicláveis cumprem não só uma função ambiental, de manutenção dos grandes centros urbanos e reaproveitamento dos resíduos no processo de reciclagem, mas também uma função socioeconômica, coletando e triando matéria-prima para a indústria, ao mesmo tempo em que geram renda para a própria subsistência (NASCIMENTO; OLIVEIRA; MENEZES, 2017).

Contudo, apesar da relevância da atividade desses trabalhadores, eles continuam sem receber o devido reconhecimento da sociedade, além de serem submetidos a condições desfavoráveis de trabalho (insalubridade, baixa remuneração, ausência de garantias trabalhistas etc.) e serem alvo de discriminação de indivíduos e grupos em posição mais elevada na hierarquia social (MEDEIROS; MACÊDO, 2006; MORI, 2017). A chave para entender esse antagonismo entre valor e desvalorização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis talvez se encontre na noção de subproletariado, que redimensiona a situação da classe trabalhadora devido à precarização de suas condições de trabalho.

Já dizia Hobsbawm (1984/2000) que a classe trabalhadora não é homogênea, concentrando diferenças sutis que podem ser invisibilizadas em uma leitura mais genérica da sociedade capitalista de classes. Em “Adeus ao trabalho?”, Antunes (2006), ao refletir sobre o conceito de subproletariado, nos oferece comprovações da heterogeneidade dos proletários, especialmente no que tange àqueles que se encontram excluídos dos meios formais de trabalho e, por conseguinte, em situação de subalternidade.

A subproletarização é a condição dos trabalhadores que estão inseridos em formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, e terceirizado, geralmente vinculados à economia informal. Citando Bihr, Antunes (2006) reconhece que o que esses trabalhadores têm em comum são a precariedade do emprego e da remuneração, a ausência de garantias trabalhistas e, conseqüentemente, a perda de direitos sociais. Não é justamente essa a condição dos trabalhadores da catação?

O conceito de subproletariado captura as transformações decorrentes do mundo do trabalho que levaram à precarização e, conseqüentemente, a formas de trabalho que, embora sejam de grande valor para a sociedade, acabam por ser desvalorizadas, por estarem excluídas da economia formal.

É impossível separar a exclusão econômica da exclusão social. Diversos catadores de materiais recicláveis possuem escolaridade abaixo da média do país, embora já tenham trabalhado com carteira assinada. No entanto, devido a condições impostas pela crise, como falta de emprego e

baixa remuneração, encontram dificuldade de se incluir no mercado de trabalho formal, recorrendo a práticas informais que lhes garantem subsistência de forma imediata. Dessa forma, estudos e habilidades pouco adiantam em meio a um cenário competitivo em que não existe vaga para todos. Porém, não estamos falando de um período transitório, mas sim de algo que se torna permanente, criando assim uma sociedade paralela em uma situação incluída em um ponto de vista de exclusão econômica, social, moral e política, pois os sujeitos são levados a sobreviver por meio do trabalho informal, o que os leva a serem economicamente participantes, mas ao mesmo tempo excluídos da cultura, da educação, da saúde e da política do país como um todo (XAVIER, 2021).

É sabido que a valorização e o reconhecimento social estão proporcionalmente ligados à remuneração e às condições de existência que essa pode propiciar. Quanto menos remunerado é um sujeito, menos poder de consumo ele possui. Na sociedade de consumo, consumir, especialmente em sua forma de consumo prestigioso, é uma forma de distinção social (BAUDRILLARD, 1970/1995); é o que oferece certo reconhecimento. Quem não tem condições de consumir, logo é excluído dos grandes círculos sociais. É essa a realidade de quem vive com menos de um salário mínimo por mês, trabalhando para sobreviver e não para viver (BORTOLI, 2009).

Para além disso, não se pode ignorar o fato de que os catadores de materiais recicláveis lidam com os restos do consumo das classes posicionadas em nível socioeconômico superior — e não apenas delas: da classe da qual eles mesmos fazem parte. Assim, acabam sendo assimilados também como restos, haja vista a forma como ocorre a produção social de sua existência, produção essa que, como vimos em Marx (1859/2008), deriva da forma como o sujeito se posiciona em relação aos modos de produção.

Não obstante, deve-se levar em consideração que o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, antes de qualquer outra coisa, está ligado à luta pela sobrevivência, situação que, de certa forma, os faz remeter à organização primária do trabalho, aquela que descrevemos nas sociedades primitivas e sem a qual nossos antepassados não teriam obtido insumos para sua subsistência. Trata-se de uma organização retrógrada e de grande precariedade, a qual se deve ao fato de que lhes falta outras alternativas de trabalho. Diante disso, devido à forma como produzem sua existência social por meio do trabalho, eles são barrados do acesso à centralidade das relações sociais, as quais, por sua vez, estão atreladas à sociedade de classes do capitalismo (ROSADO, 2009). Nesse sentido, não é de se estranhar suas condições de subalternidade e exclusão, que decorrem da segregação à qual são submetidos pela camada da população inserida na economia formal, economia derivada da evolução dos modos de produção no curso da história do desenvolvimento da humanidade.

Rosado (2009), sob uma ótica subjetiva endereçada à condição de invisibilização dos catadores, discorre que, devido ao emprego da catação como estratégia de sobrevivência no mundo capitalista, os catadores sofrem uma exposição exagerada a um ciclo de exploração que os coloca em condição marginal em uma rede social de relações que envolve a reciclagem. Ela ainda explica que as posições que os catadores podem ocupar na rede de reciclagem, seja como mediador, seja como mediado, ainda seguem uma hierarquia, a qual depende justamente da condição social na qual os sujeitos se inserem.

CONCLUSÃO

Este artigo realizou um breve percurso pela história da divisão social do trabalho com vistas a compreender a situação de precarização dos catadores de materiais recicláveis no mundo contemporâneo, especificamente no que se convencionou chamar de sociedade de consumo. Ao longo da primeira seção, buscou-se discorrer sobre os regimes pré-capitalistas. Vimos, em um primeiro momento, que a sociedade humana, em um passado longínquo, não era dividida em classes, o que implicava na distribuição comum das tarefas, formando uma legítima comunidade. Foi com o surgimento de novas demandas materiais, para além das necessidades básicas de sobrevivência, que a sociedade passou por sua primeira estratificação.

Desde então, a forma como o trabalho ocorre — em outras palavras, a forma como os modos de produção foram adquirindo dominância — tem determinado a organização social. Escravos e homens livres, bem como servos e senhores, respondem por formas rudimentares de organizações classistas, as quais, segundo alguns autores como Hobsbawn (1984/2000), só merecem esse estatuto, a rigor, dentro do sistema capitalista de produção, já que foi mediante a formação da classe trabalhadora que assistimos ao estabelecimento de uma consciência de classes. Foi sobre isso que este estudo se debruçou na segunda seção, a qual ainda discorreu sobre as estratégias capitalistas que levaram à precarização da classe trabalhadora.

É nesse contexto, em que surge uma economia informal, para além da economia formal tradicional, que se inserem os catadores de materiais recicláveis, cuja mão-de-obra é cada vez mais precarizada. Apostamos que essa situação é que talvez explique as condições em que esses trabalhadores se encontram, de subalternidade e exclusão. Ora, diante do que tratam Antunes (2006) e Rosado (2009), é possível entender que a posição na rede de produção é o que determina o lugar social. Nesse sentido, pelo fato de os catadores estarem situados em uma espécie de “lugar de despejo” da produção — e, para além disso, do consumo das classes posicionadas em nível superior

— logo eles são assimilados como trabalhadores que ocupam posições que sobraram, ou seja, não existe mais para se fazer além deste trabalho.

O presente artigo buscou realizar um panorama das relações de trabalho ao longo da história, de modo a compreender a condição dos trabalhadores precarizados de nosso tempo. É importante destacar que, embora as teorias clássicas nos ajudem a ter uma visão geral sobre o trabalho, elas contribuem de forma parcial para pensar a precarização do trabalho na atualidade. Ora, por mais que nos tempos mais remotos os trabalhadores fossem submetidos, na esteira de produção do tear fabril, a situações precárias, elas, de maneira nenhuma, se comparam com o que vemos hoje, por exemplo, nas cooperativas e/ou ruas: nela, os trabalhadores convivem com dejetos enquanto suprem suas necessidades alimentícias, não havendo tempo para que possam fazer separadamente essas duas coisas. Estamos tratando da precarização extrema. Fato que não se podia imaginar a luz das teorias marxistas propostas pelos clássicos. Portanto, se faz necessário recorrer as pesquisas mais recentes (ANTUNES, 2006 e ROSADO, 2009).

Vale dizer que este artigo de revisão de literatura serve de entendimento das evoluções teóricas no espaço e tempo e que contribuem para estudos futuros mais focados na questão da precarização e do universo dos catadores de materiais recicláveis. Deve-se levar em conta que a precarização se acirra ainda mais nos tempos mais recentes, sobretudo devido à escassez de insumos para o trabalho do catador (BIANCHETTI, 2021). Além disso, os trabalhadores da catação hoje ainda têm de conviver com um maquinário que tenta substituir sua mão-de-obra, o que faz com que troquem seu trabalho por uma remuneração ainda mais ínfima. Nesse seguimento, com a perda do valor de seu trabalho, é esperado que a desvalorização social que já vivenciam seja ainda mais cruel nos próximos anos. Ora, como dissemos, e agora insistimos, ancorados em Marx, a produção da existência social está intimamente ligada às relações de produção. Isso significa que a forma como os catadores se veem e como eles são encarados pela sociedade depende do protagonismo deles na rede de produção.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FAPEMIG pela concessão da bolsa de pesquisa, por meio da qual levamos adiante a tese de doutoramento no curso de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Palavras iniciais, Panorama do trabalho (in)formal: breve incursão da classe social precarizada dos catadores de materiais recicláveis. O presente artigo faz parte da pesquisa em andamento no curso de Doutorado

em Geografia — Programa de Doutorado em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

ANTUNES, Ricardo. Mercado informal, empregabilidade e cooperativismo: as transformações das relações de trabalho no mundo contemporâneo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55–72, dez. 1999. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v2/v2a08.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 20 maio. 2021.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1970/1995.

BIANCHETTI, Mara. Indústria de papel e papelão enfrenta falta de insumo. **Diário do Comércio**, 16 mar. 2021. Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/negocios/industria-de-papel-e-papelao-enfrenta-falta-de-insumo/>>. Acesso em: 27 maio. 2021.

BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 105–114, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/BfZgz7FzfmgdY8dXtykHgkC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CABRAL, Hélio Ricardo Moraes. **Moderno dicionário de Economia**. Joinville: Clube de Autores, 2019.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre as relações sociais capitalistas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 25–66. Disponível em: <https://www.epsviv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_1.pdf>. Acesso em: 8 maio 2021.

COMPARATO, Fábio Konder. Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 251–276, maio/ago. 2011.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: ENGELS, Friedrich *et al.* **Introdução ao estudo do marxismo**. Rio de Janeiro: Calvino, 1945, p. 15–81.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Edições Loyola, 2001, v. 4.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: SOUZA, P. C. (org.). **Obras completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1930/2010, v. 18, p. 13–122.

GHIDINI, Rafael; MORMUL, Najla Mehanna. Revolução agrícola neolítica e o surgimento do Estado classista: breve reconstituição histórica. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 1–20, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e19725>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

GONÇALVES, Gabriele. Processos de produção. **Brasil Escola**, 2006. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/sociologia/processos-producao.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, J. R. A. (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 43–65.

HARARI, José. Introdução à economia política. In: ENGELS, Friedrich *et al.* **Introdução ao estudo do marxismo**. Rio de Janeiro: Calvino, 1945, p. 216–348.

HOBBSBAWN, Eric John. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984/2000.

LENCIONI, Caio. Catadores são responsáveis por 90% do lixo reciclado no Brasil. **Observatório do Terceiro Setor**, 2017. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/carrossel/catadores-sao-responsaveis-por-90-do-lixo-reciclado-no-brasil/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

LOCH, Clésar Luiz; CORREIA, Guilherme Silveira. A flexibilização do trabalho e da gestão de pessoas limitadas pela racionalidade instrumental. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 6, n. 12, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4013836.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2021.

MARINHO, Márcia do Carmo Naves. **As transformações no mundo do trabalho e suas implicações na formação do executivo**. 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 1859/2008.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1857/1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 7–46, [1848] set./dez. 1998.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 62–71, maio/ago. 2006.

MORI, Letícia. “Açam que a gente é lixo”: a rede invisível de catadores que processa tudo o que é reciclado em SP. **BBC News Brasil**, 20 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-40664406>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

NASCIMENTO, Alair Ambrósio do; OLIVEIRA, Rafael Jesus de; MENEZES, José Elmo de. A reciclagem do lixo urbano como fonte de renda e a preservação dos recursos naturais e ambientais. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 22–37, jan./mar. 2017.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NOGUEIRA, Eduardo de Faria; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Da *glamourização* do consumo à produção de lixo: um debate necessário. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 8, 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2016. Disponível em: <<https://eventos.ufpr.br/enpecom/enpecom2016/paper/downloadSuppFile/216/91>>. Acesso em: 18 maio 2021.

PINSKY, Jaime *et al.* **O modo de produção feudal**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Duas teses sobre o trabalho no capitalismo. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 23–25, out./dez. 2006.

RIBEIRO, Júlio César. A geografia do modo de produção comunista primitivo. **Formação**, Presidente Prudente, v. 12, n. 2, p. 23–34, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/643>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**. São Paulo: Makron Books, 2001.

ROSADO, Rosa Maris. **Na esteira do galpão**: catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/RS. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,

Departamento de Geografia, Porto Alegre, 2009. Disponível em:
<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17408/000716714.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2021.

SANTOS, Paula. Legado de Karl Marx. **Expresso**, 21 fev. 2018. Disponível em:
<http://expresso.pt/blogues/blogue_trocando_em_miudos/2018-02-21-Legado-de-Karl-Marx>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SEGAL, Lev. O desenvolvimento econômico da sociedade. *In*: ENGELS, Friedrich *et al.* **Introdução ao estudo do marxismo**. Rio de Janeiro: Calvino, 1945, p. 349–394.

SILVA, Graciete Borges da. Critérios de estratificação social. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 38–45, fev. 1981.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Origem do capitalismo. **Brasil Escola**, 2007. Disponível em:
<<https://brasilescola.uol.com.br/historiag/origem-capitalismo.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

WEB-RESOL. Estatísticas sobre o lixo brasileiro. **WEB-RESOL**, jan. 2014. Disponível em:
<<http://www.resol.com.br/curiosidades/curiosidades2.php?id=4040>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

XAVIER, Uilmer. **Redes de produção e circuitos espaciais na indústria de reciclagem fluminense**. 1. ed. São Paulo: Paco Editorial, 2021. v. 1. 248 p.